



TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



O CONTROLO DE AUTORIDADE DE DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS NOS ARQUIVOS

Joana Rodrigues

*Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Mestrado em Ciência da Informação, joanasousarodrigues.14@gmail.com*

RESUMO Embora ainda não seja vastamente estudado no domínio da Ciência da Informação, o documento fotográfico constitui um desafio para as práticas de representação da informação nas estruturas documentais, nomeadamente nos arquivos. As novas tecnologias e a presença assídua de dispositivos de captura de imagem podem levar à banalização do tratamento da fotografia e é nesse sentido que devem ser assegurados mecanismos de gestão de informação que permitam, não só, a descrição fiel do documento fotográfico, mas que incutam ferramentas de trabalho que potenciem uma recuperação da informação célere e eficaz. O estabelecimento de uma política de controlo de autoridade para documentos fotográficos pode ser o ponto de partida para a gestão uniforme e coerente da informação inerente aos documentos desta tipologia documental, seja através do estabelecimento de diretrizes para a criação de pontos de acesso, seja através da utilização consciente e exaustiva das fontes de informação que potenciarão uma descrição completa e representativa. Os arquivos, como detentores de informação, comportam um papel fundamental, não só na preservação da memória que envolve o documento fotográfico, mas também na sensibilização e consciencialização das questões inerentes ao controlo de autoridade, devendo ser construtores de mentalidades que sustentem o tratamento de informação criterioso e unívoco.

PALAVRAS-CHAVE *arquivo fotográfico, controlo de autoridade, documento fotográfico.*

ABSTRACT Although it is not widely studied in the field of the Information Sciences, the photographic document constitutes a challenge to the practices of representing information in documental structures, namely in archives. New technologies and the constant presence of devices that capture images can lead to the trivialization of photo treatment and, for that reason, information management mechanisms must be guaranteed so they can allow not only the exact description of the photographic document but also instill work tools that enhance the recovery of information in a fast and effective way. The establishment of an authority control policy for photographic documents can be the starting point for the uniform and coherent management of the information inherent in the documents of this documentary typology, either through the establishment of guidelines for the creation of access points or through conscious and exhaustive use of the sources of information that will enable a complete and representative description. The archives, as information holders, play a fundamental role, not only in preserving the memory involved in the photographic document, but also in the awareness and awareness of the issues inherent to the control of authority, and should be constructors of mentalities that sustain the information treatment criterious and univocal.

KEY-WORDS *authority control, photographic archive, photographic document.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

As dinâmicas inerentes à gestão de documentos fotográficos através de mecanismos de controlo de autoridade em instituições de domínio arquivístico levantam inúmeras questões, sobretudo porque esta tipologia documental ainda não é vastamente estudada, circunstância essa que motiva o escasso entendimento destas áreas de estudo e o seu cruzamento. É neste sentido que surge este trabalho de investigação que visa o estudo do documento fotográfico através de uma abordagem alicerçada na Ciência da Informação, com o intuito de alcançar o papel que estes devem desempenhar em instituições de conhecimento, como arquivos. Além disso, este projeto pretende elevar a importância do controlo de autoridade em variadíssimas vertentes da gestão da informação e da sua aliança com os sistemas de informação.

O projeto desenvolveu-se através do estudo de um conjunto de fotografias pertencentes a uma instituição do domínio universitário que continha um arquivo destinado ao acervo fotográfico que foi constituído através da produção noticiosa. Com este estudo foi possível levantar inúmeras questões, nomeadamente no que diz respeito às práticas de informação instauradas quando se trata de imagem.

Sendo o controlo de autoridade um dos pilares deste estudo, foi importante perceber como é que este se enquadrava na dinâmica das instituições arquivísticas e se, aquilo que veiculava, estava de acordo com a normalização existente. Só através desta análise seria possível chegar a conclusões consistentes sobre o tratamento da informação em questão e propor melhorias que promovessem a devida representação da informação que, por sua vez, potenciasse a recuperação de cada um dos registos fotográficos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO

O documento fotográfico permite a confirmação do real, é, no fundo, uma prova do que aconteceu. A fotografia cresceu, não é estanque e o seu crescimento permitiu a conquista da liberdade de expressão e o respeito pela linguagem visual. Barthes (2012, 75) afirma que o objetivo do documento fotográfico sempre foi, acima de tudo, garantir a diversidade na comunicação com o outro, por isso, não é estranho afirmar que a fotografia é um órgão de comunicação tão capaz como outro qualquer.

Segundo Serén (2013, 183-184), o documento fotográfico deve ser visto como um objeto social, pertencente a uma sociedade de informação e comunicação, pois esta caracteriza-se pela sua capacidade de registo, em que são anotadas todas as transações de uma sociedade transversal e global. Serén afirma ainda que, tal como os restantes tipos de documentos, a fotografia é um ato social que exige a presença daqueles que são chamados os seus elementos básicos. Estes são a intenção, relacionada com a vontade, a expressão, que está intrinsecamente ligada à maneira de exteriorizar uma ideia e a inscrição, que é importante para manter os dois elementos anteriores.

No que diz respeito à posição que o documento fotográfico ocupa no tratamento documental, Henrique (2010, 20) vê-a como incerta, prova disso são os lugares duvidosos onde alguns destes documentos são acondicionados, descurando o seu tratamento. Citando esta autora, «considerar este documento enquanto ato fotográfico equivale a considerar este documento como integrante em um processo

documental (ou processo de registo) que se pretende recuperar.». A autora chega mesmo a afirmar que é através dessa recuperação, que é possível encontrar o contexto do documento, constituindo, assim, como uma propriedade do processo arquivístico.

2. O LUGAR DO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO NOS ARQUIVOS

Boccatto e Fujita (2006, 85) desenvolveram a problemática do lugar do documento fotográfico nos arquivos e a sua relação com as propriedades e os comportamentos da Ciência da Informação. Segundo estas autoras, o documento fotográfico deve ser visto «como fonte de informação para a geração de conhecimento», uma vez que este cumpre um papel social fundamental que assegura a multiplicação de novos conhecimentos.

Segundo Barthes (2012, 35), a convergência dos meios de comunicação social não permitiu que, até à data, o documento fotográfico adquirisse um papel de destaque nos arquivos. Na verdade, a crescente produção fotográfica desencadeou a criação de agências fotográficas que se consideravam capazes de fazer a gestão de informação fotográfica que produziam, o que, na realidade, nem sempre, ou mesmo em poucos casos acontecia. Para o autor, a coerência visual deve ser proporcional à coerência da sua descrição e é esse o papel que os arquivos devem desempenhar, um papel de organização da informação eficaz, a curto e a longo prazo.

Lacerda (2012, 284) reforça a ideia de que é necessário refletir sobre o aparente predomínio de documentos de carácter textual nos arquivos e de que forma são realizados o tratamento, a classificação e a descrição dos documentos fotográficos.

A análise documental de documentos fotográficos tem como finalidade a representação e, com isso, a recuperação de conteúdos através de atributos. Com isto surge a análise de conteúdo do documento fotográfico que é composto por três etapas, nomeadamente a leitura do conteúdo fotográfico, a síntese desse mesmo conteúdo e a sua representação.

Citando Boccatto e Fujita (2006, 98) «a análise documental é um processo instrumental» e é nesse sentido que a Ciência da Informação, através do seu carácter «multidisciplinar pós-moderna», deve incentivar que sejam definidas as orientações que levem ao acesso competente de imagens nos sistemas e nas unidades de informação. É seguindo esta ordem de ideias que surge o profissional e informação que vai «representar o conteúdo da imagem fotográfica para torná-la acessível – socialização do conhecimento – ao usuário».

3. O ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Os arquivos fotográficos desempenham um papel fundamental na salvaguarda do património físico e intelectual dos documentos fotográficos, contribuindo para a sua gestão, que inclui o estudo, o tratamento, a organização e a preservação das fotografias.

A descrição de documentos de arquivos fotográficos contempla orientações particulares que auxiliam «uma maior transparência e enquadramento descritivo destes documentos.» (Orientações para a Descrição Arquivística 2011, 31).

Tendo em conta as Orientações para a Descrição Arquivística (ODA) (2011, 76-78), os níveis de descrição têm como principal objetivo a identificação dos níveis de organização arquivística de determinada unidade de descrição, seja ela de que domínio seja. Estes níveis ajudam a entender o posicionamento das unidades de descrição na correspondente hierarquia.

São os níveis de descrição que potenciam a explicitação das relações que cada uma das unidades de descrição têm com as restantes, de ajuste com as regras da descrição multinível. Assim sendo, uma dada unidade de descrição pode depender hierarquicamente de algum outro nível superior, assim com, níveis hierarquicamente inferiores, podem depender desta. Todavia, é de salientar que não é obrigatório que as diversas massas documentais reflitam todos os níveis de descrição.

4. O CONTROLO DE AUTORIDADE

O controlo de autoridade é, cada vez mais, uma prática de consistência no que diz respeito à criação fiável dos pontos de acesso à informação, através da relação entre um ficheiro de autoridade e o conjunto de registos de autoridade que a si dizem respeito.

Barbara Tillett (2003) desenvolveu um artigo intitulado de “Authority control: state of the art and new perspectives” em que aborda a posição que o controlo de autoridade tem no ambiente *web*. Para a autora, a aplicação do controlo de autoridade neste ambiente traz precisão para as pesquisas, possibilita uma navegação mais eficaz e fornece aos utilizadores um resultado equivalente ao esperado. O controlo de autoridade não pode ser dissociado das ferramentas *online*, como os diretórios, dicionários biográficos, bases de dados, repositórios, serviços de indexação, entre outros.

Ainda Tillett (2000), explicita de que forma é que a *web* sairá favorecida com o controlo de autoridade. A autora afirma que a *web* é caótica, carregada de informação dispersa e é por esse motivo que os utilizadores nem sempre conseguem obter aquilo que realmente esperam com as suas pesquisas. Com a utilização do controlo de autoridade essa variação de resultados pode ser anulada e, além disso, o conteúdo recuperável pode ser muito mais que uma mera descrição de dado documento. Também Borbinha (2003, 7-8) vê o controlo de autoridade como um desafio, uma vez que este proporciona uma evolução natural de entidades bem definidas, com interfaces estabelecidas e que auxiliará na geração de um novo conceito informacional que assentará num ambiente mais dinâmico e executivo. A realidade é que o registo de autoridade tem uma relação direta com os sistemas integrados e com os registos bibliográficos que estes contêm, uma vez que é a partir dos ficheiros de autoridade que o processo de pesquisa acontece, potenciando que sejam apresentados os resultados no momento em que o utilizador questiona a base de dados.

5. A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM CONTROLADA NO CONTROLO DE AUTORIDADE DE IMAGENS

É necessário distinguir aquela que é a linguagem natural, usada pelos autores dos documentos, caracterizando-se como sendo uma linguagem simples e livre, sem restrições e controlo e a linguagem controlada, que deve ser realizada conscientemente e tem um objetivo muito claro: o armazenamento e a recuperação da informação.

Assim sendo, pressupõe-se que o vocabulário utilizado seja alvo de controlo e restrito a um concentrado número de termos. Na verdade, não existe um vocabulário específico para a representação de conceitos

e embora este deva ser, efetivamente, controlado, não pode afastar-se do conteúdo original do documento em análise. Assim sendo, a criação de um léxico controlado e estruturado implica que sejam incluídas relações semânticas entre os termos de indexação definidos.

Para Gorman (2003, 13) o controlo vocabular é vital para o controlo de autoridade, seja para o registo de formas padronizadas de pontos de acesso, para garantir a agregação de todos os registos para o mesmo ponto de acesso, para documentar as decisões tomadas e as fontes do ponto de acesso, ou para habilitar registos de catálogo padronizador.

Também Lancaster afirma que o uso de um vocabulário controlado é essencial no processo de recuperação, chegando mesmo a afirmar que o ciclo informacional tem que incluir o processo de definição de termos e conceitos e que essa seleção não pode ser deixada a cargo de um mero utilizador, cabe sim ao profissional de informação averiguar os termos que condizem com o documento em causa e, posteriormente, utilizar meramente terminologia que saiba que será capaz de recuperar esse documento, mesmo que a pesquisa seja pouco profunda.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada será o método qualitativo de investigação, através do estudo de caso, nomeadamente a pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem o intuito de melhorar a familiarização do investigador com o caso em estudo, assim, este método servirá para que seja feita uma investigação preliminar sobre os temas a abordar na dissertação, para que seja possível refletir sobre estes e melhorar a sua compreensão. O controlo de autoridade de documentos fotográficos em arquivos, sejam eles físicos ou digitais, ainda não é vastamente estudado, por isso, com a pesquisa exploratória pretende-se que sejam geradas ideias e hipóteses que complementem este tema e que auxiliem o trabalho a desenvolver.

A investigação qualitativa assentou sobre as fontes primárias no domínio dos materiais empíricos. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos responsáveis do Centro Português de Fotografia e do Centro de Documentação da Global Media Group. Com estas entrevistas e visitas pretendeu-se dar credibilidade e profundidade ao estudo.

Foi, ainda, desenvolvido trabalho de pesquisa em livros, artigos de jornal, revistas científicas e outros documentos já publicados. Este método de investigação, segundo estes alicerces, gerará a fundamentação necessária ao trabalho, pois o trabalho de pesquisa em fontes de informação credíveis e especializadas contribuirá para uma maior verosimilidade e consistência ao trabalho.

RESULTADOS

De modo a entender de que forma é que o documento fotográfico pode ser, significativamente, valorizado através de práticas de controlo de autoridade, foi imperativa definição de soluções que visassem, não só, a uniformização de critérios, mas também, a representação real e fidedigna de cada um dos documentos tratados, incentivando, assim, uma descrição fiel e uma recuperação célere proveitosa.

Uma dessas soluções passa pela criação de pontos de acesso que possibilitem a relação entre o documento fotográfico e o sistema de informação que o irá receber. A construção de pontos de acesso é essencial para a prática do controlo de autoridade, uma vez que permite ao utilizador aceder e recuperar os recursos bibliográficos sem equívocos e perdas de tempo, através de um controlo vocabular adequado e representativo do que está a ser descrito. É nessa medida que a existência de orientações específicas para a construção dos pontos de acesso é essencial para a eliminação de desvios, uma vez que a uniformização é a única forma de garantir a coerência na descrição de registos.

A seleção dos pontos de acesso deve ser criteriosa e seguir determinadas diretrizes, sendo que estas alicerçam-se no seguinte:

- **seleção dos termos:** selecionar termos que tenham por base as fontes de referência que estão inerentes à área temática em questão, verificar termos sinónimos, termos homónimos, termos diferentes com significado igual, grafias variantes, abreviaturas e acrónimos, formas alternativas de escrita, termos diferentes em línguas diferentes e termos composto e selecionar termos que se encontrem no singular, visto tratar-se de nomes de pessoas,
- **alteração terminológica:** quando existirem alterações ao nível da terminologia na língua natural é necessário refletir se são importantes para efeitos de indexação. Caso isso se verifique, estas devem refletir-se na linguagem documental, para, dessa forma, assegurar o acesso através da utilização dos novos termos que serão mais apropriados que os anteriores,
- **língua:** devem ser utilizados termos em língua portuguesa, salvo:
 - se não existir uma designação portuguesa para dado conceito,
 - se este for mais conhecido pelo público português por um termo noutra língua, estando nessa forma em fontes de língua portuguesa,
 - se a área temática do conceito exigir que o termo seja expresso noutra língua, devido a uma terminologia científica própria.
- **estrutura física:** devem ser utilizada uma estrutura constante, ou seja, o número de partes do ponto de acesso e a ordem por que estes se apresentam deve ser invariável.

Que os pontos de acesso são elementos necessários para que a recuperação da informação, na medida em que constituem instrumentos de pesquisa que se viabilizam com o processo de descrição, é uma verdade que não pode ser discutida. No entanto, a forma como estes são feitos nem sempre segue as mesmas diretrizes, prova disso são as, ainda, discrepâncias, existentes quanto se fala do tratamento em bibliotecas ou arquivos. Se por um lado, falando das bibliotecas, temos recomendações estabelecidas por organismos como a Biblioteca Nacional, a International Federation of Library Associations ou mesmo a Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, por outro, falando dos arquivos, temos princípios dados pelo Conselho Internacional de Arquivos e pela Direção Geral de Arquivos. Não é possível considerar que algum desses princípios estejam incorretos, apenas é possível afirmar que a diversidade propicia dúvida na altura da escolha dos pontos de acesso e, se assim o é, é possível que surjam variações que fogem dos objetivos que, numa primeira instância, foram estabelecidos.

Outro fator passível de ser analisado prende-se com os profissionais destacados para as tarefas de descrição bibliográfica. Estes, na larga maioria das vezes, estabelecem uma política interna de criação de pontos de acesso, com vista a satisfazer as necessidades da própria instituição ou então para criar compatibilidade entre esta e os recursos humanos e não humanos que possuem. Na realidade, este método de trabalho não deve ser descartado, uma vez que todas as decisões tomadas em ambiente organizacional devem ter como base as necessidades da própria organização, bem como da sua visão e missão. Todavia, esta abordagem deve ter sempre em conta princípios normativos já instituídos por organismos competentes. Falamos então de adaptação, não de invenção.

Que os pontos de acesso normalizados constituem uma solução efetiva e considerável para o controlo de autoridade de documentos fotográficos, é um facto irrefutável. Todavia, a sua existência não deve descartar a utilização de outros mecanismos e ferramentas de trabalho. É neste sentido que surge uma outra solução que trará um acréscimo de valor ao registo de autoridade que está inerente e é parte substancial do controlo de autoridade: a criação de notas de apoio ao registo. Estas notas podem ser de domínios diversos, tais como notas biográficas, notas geográficas, notas históricas, entre outras.

As notas de apoio são fundamentais, pois, resultando de trabalho de pesquisa, tem como intuito expor e explicar, de uma forma interessante, determinado assunto ou história de vida. Estas deve conter informações que darão a conhecer pormenores importantes que poucos conhecem e têm como base dois tipos de fontes de informação, nomeadamente documentos publicados e conversas/entrevistas. A primeira dará credibilidade ao estudo, priorizando-se fontes com relevância, a segunda é uma forma mais direta de recolha de informação e concederá profundidade à nota. As fontes de informação constituem uma ferramenta importante na qualidade da nota de apoio, uma vez que uma pesquisa em fontes pouco cuidadas e precisas proporcionará uma nota, também ela, pouco cuidada e com imprecisões.

Por fim, apresentar uma terceira solução que apoiará o registo de autoridade de um documento fotográfico: o estabelecimento de um identificador de descrição único e para cada documento tratado. Este identificador deve seguir as orientações dadas pela norma ISAAR (1995) que afirma que o código de identificador deve ser inequívoco, capaz de identificar o país, a instituição e a pessoa. Também a ISADG (2002) declara que estes três elementos são essenciais para a identificação do registo, pois permitem identificar claramente a unidade de descrição estabelecendo, também, uma ligação com a descrição que por si é representada. Quando não existe a referência a uma pessoa este identificador deve incluir apenas os primeiros dois elementos.

As três soluções apresentadas constituirão, assim, uma política de controlo de autoridade que é essencial na determinação das escolhas técnicas a tomar, bem como na escolha de instrumentos a instituir, de modo a ajustar estas aos princípios e necessidades do serviço onde atuam, com o objetivo de tornar eficaz a representação e a recuperação da informação. Esta política englobará, portanto, todos os registos de autoridade, sendo que, em cada um deles, caberá uma zona de descrição, destinada aos pontos de acesso; uma zona de descrição, destinada às notas de apoio e uma zona de controlo destinada ao identificador de descrição e às fontes de informação utilizadas.

CONCLUSÕES

Vivemos numa época em que a produção fotográfica se tornou uma prática de rotina, através das novas tecnologias (como dispositivos móveis) a fotografia está ao alcance de qualquer um, correndo-se o risco de banalizar este tipo de documentos. Vivendo naquela que é chamada de Era da Informação e que vem alinhada com o avanço tecnológico, é notório que as tecnologias, os métodos de impressão e digitalização e a imposição do digital trouxeram enormes desafios para o documento fotográfico. Este facto não deve ser visto como um fator negativo, mas sim como a possibilidade de gerar novas tendências.

Na verdade, não existem muitos estudos sobre a questão do controlo de autoridade de documentos fotográficos nos arquivos, sejam eles físicos ou digitais. Isto acontece, porque a esmagadora maioria de documentos produzidos e que estão à guarda de arquivos são de carácter textual, deixando, portanto, a esta tipologia documental para segundo plano.

Um acervo fotográfico pode comportar parte da identidade de um organismo ou instituição, ele carrega património físico e intelectual de importância considerável e pode constituir um meio para a valorização daqueles que o gerem. Seja qual for o seu âmbito, um acervo deve ir ao encontro das necessidades culturais, educativas, lúdicas e informacionais da comunidade a que se destina, mesmo que os seus destinatários tenham um perfil heterogéneo.

Com o estudo realizado foi possível verificar a variedade de critérios que existem, nomeadamente quando o assunto é controlo de autoridade. As diferenças são evidentes quando se fala de instituições de tratamento de informação em biblioteca e em arquivo. Na realidade, esta diversidade e instabilidade provocam desvios e pouca afirmação dos princípios que estão na base do controlo de autoridade.

Neste seguimento surgem as Resource Description and Access (RDA) que se dispõem a iniciar a mudança, começando por alterar a terminologia a adotar. O objetivo passará por facilitar a descrição e posterior compreensão e recuperação da informação, eliminando e simplificando termos dúbios e agregando termos que pertençam à mesma classe. Com isto deixará de existir informação redundante e que muitas vezes traz dúvidas ao utilizador, além disso deixarão de existir termos diferentes conforme a tipologia documental que retratassem, ou seja, todos os tipos de documentos são vistos como iguais do ponto de vista terminológico.

Outro exemplo proposto e que incitará uma mudança significativa são os nomes dados aos pontos de acesso que, segundo as RDA, são designados assim mesmo, como “pontos de acesso”. É comum vermos designações muito diferentes, como “cabeçalhos” e “entradas” nas RPC (2000), ou “Forma autorizada de nome” nas ODA (2011), contudo, todas estas designações se concluem numa só e se assim o é porque não uniformizar o vocabulário a empregar e facilitar o processo de tratamento da informação, acabar com a diversidade de critérios utilizados e extinguir as formas paralelas de representação?

Em suma, destacar os profissionais de informação que devem trabalhar juntos, a sua formação deve ser integrada e coincidente, tal como os seus métodos de trabalho, uma vez que, se é objetivo geral criar um sistema normalizado, não deve haver espaço para variações, mas sim para a promoção da investigação, aprendizagem, partilha de conhecimentos e do estabelecimento de um conjunto de princípios lógicos a seguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barthes, R. (2012). *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70.
- Biblioteca Nacional de Portugal. (2016). *RDA: Resource Description & Access: Introdução ao RDA. Seminários Profissionais Biblioteca Nacional de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal;
- Biblioteca Nacional de Portugal. Serviços. [Em linha]. [Consult 20 abril 2017] Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=53&lang=pt;
- Bocato, V. R. C., & Fujita, M. S. L. (2006). Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística E Documentação*, 2, 84–100;
- Borbinha, J. (2003). Authority control in the world of metadata. In *International Conference on Authority Control: definition and international experiences*. Florença;
- Centro Português de Fotografia. [Em linha]. [Consult 25 janeiro 2017] Disponível em: <http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=1184961>;
- Conselho Internacional de Arquivos Internacionais. (1998). *ISAAR (CPF): Norma internacional para os registos de autoridade arquivística relativos a instituições, pessoas singulares e famílias*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo e Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;
- Direção Geral de Arquivos, & Centro Português de Fotografia. (2007). *Workshop Descrição Arquivística e Arquivos de Fotografia*. Porto: Direção Geral de Arquivos, Centro Português de Fotografia;
- Direção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a Descrição Arquivística* (3ª ed.). Lisboa: Direção Geral de Arquivos;
- Gorman, M. (2003). Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. In *International Conference on Authority Control: definition and international experiences*. Florença;
- Henrique, S. I. D. P. (2010). *O Lugar da Fotografia nos Arquivos: Uma Proposta de Reavaliação*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- International Federation of Library Associations. (2016). Statement of International Cataloguing Principles. In B. Tillett & A. L. Cristán (Eds.), *IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code* (p. 20). Munique: International Federation of Library Associations;
- Lacerda, A. L. de. (2012). A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde*, 19(1), 283–302;
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva;

Serén, M. do C. (2013). O Documento Fotográfico: Da Mediação Cultural à Mediação Técnica. *Revista do CITCEM*;

Tillett, B. (2000). Authority control on the web. In *Bicentennial Conference on Bibliographic Control for the New Millennium, sponsored by the Library of Congress Cataloguing Directorate*;

Tillett, B. (2003). Authority control: state of the art and new perspectives. In *International Conference on Authority Control: definition and international experiences*. Florença.